

## **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1. Contratação direta** de prestação de serviços de gravação de chapas de alumínio em monocromia e policromia para impressão em máquina off-set, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** No processo de impressão Off-Set atual cerca de 90% das impressões Off-Set são feitas usando chapas de alumínio com camada fotossensibilizada. A chapa de alumínio com cerca de 0,5 mm, tem lado liso, coberto por um substrato e uma camada fotossensível, e anteriormente fotolitos eram gravados das chapas de alumínio, porém, atualmente não se utiliza mais esse processo, pois as revelações já são feitas diretamente nas chapas.

**2.2.** Atualmente quase não se usa fotolito, já que com o avanço da computação traduzido na digitalização direta nas chapas, o objeto da impressão já vem gravado na chapa, todavia ainda existe demanda, sobretudo considerando-se o período eleitoral, para a gravação de chapas, etapa que faz parte do processo de impressão e que é considerado essencial para que o trabalho da gráfica do Tribunal ocorra. As vezes as chapas já vem prontas, mas existe ainda demanda de serviços onde a gravação é feita no próprio setor gráfico do TRE usando-se para tanto papel vegetal, o que mais uma vez não elide a necessidade da presente contratação.

Diante do exposto, considerando a demanda que se acentua por conta do período eleitoral, elaboramos este Termo de Referência para iniciarmos uma nova contratação, em substituição à anterior.

## **3. DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:**

**3.1 – Gravação de Chapas** - Gravação de chapas de alumínio para impressão em monocromia e policromia, a partir de arquivos com criações gráficas fornecidos pelo Serviço de Reprografia do TRE-PI referentes a impressos solicitados pelas diversas unidades administrativas do Tribunal e Cartórios Eleitorais.

**3.2 – Dimensão da Chapa** - Serão gravadas chapas em monocromia e policromia no formato 4, para serem utilizadas em máquinas impressoras off-set, modelos CATU 510 e 511, de acordo com a necessidade do Tribunal, bem como outros possíveis formatos que eventualmente sejam necessários. Os serviços serão cobrados por chapas, de acordo com as quantidades estabelecidas conforme tabela abaixo:

## **4. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA:**

**4.1.** Realizado os serviços solicitados, a contratada deverá entregar as chapas gravadas no Serviço de Reprografia do TRE-PI, localizado na Praça Desembargador Edgar Nogueira S/N, Bairro Cabral.

**4.2. Prazo de entrega** – serão observados os seguintes prazos para realização e entregas dos serviços:

- a. Gravação de Chapas – Até 60 (sessenta) unidades – serão entregues em até dois dias úteis;
- b. Gravação de Chapas – Acima de 60 (sessenta unidades) – acréscimo de 1 (um) dia útil para cada grupo de até 40 (quarenta) de unidades (exemplo: de 61-100 unidades – 3 dias úteis; 101-140 unidades – 4 dias úteis; etc.);
- c. Chapas que apresentarem falhas de gravação deverão ser repostos em 48 horas.

## **5. DA OPERACIONALIZAÇÃO:**

**5.1.** As gravações das chapas serão solicitadas pelo fiscal do contrato, o qual enviará juntamente com o pedido, a “arte” do que deverá conter em cada chapa;

**5.2.** “Arte” – é conteúdo (texto e/ou gravuras), deverá ser repassada por e-mail; outro meio digital à empresa contratada;

**5.3.** Realizado os serviços solicitados, a contratada deverá entregar as chapas no Serviço de Reprografia do TRE-PI, localizado na Praça Desembargador Edgar Nogueira S/N, Bairro Cabral.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**6.1.** A contratada obriga-se à:

**a.** Executar os serviços nos prazos estabelecidos, nas condições e preços consignados em sua proposta comercial;

**b.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante, especialmente as relativas aos de transporte e instalação;

**c.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

**d.** Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por esse Órgão;

**e.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo de Referência, salvo mediante prévia e expressa autorização do TRE-PI;

**f.** Permitir e facilitar a fiscalização pelo Contratante, por intermédio o fiscal do contrato, na execução dos serviços contratados, atendendo prontamente suas observações e exigências;

**g.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

## **7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**7.1.** Compete à Contratante:

**a)** Acompanhar e fiscalizar, através do responsável pela fiscalização do Contrato, o desenvolvimento e fiel execução dos serviços;

**b)** Comunicar à CONTRATADA as alterações que entender necessárias à realização do objeto do presente Termo de Referência;

**c)** Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto adquirido;

**d)** Efetuar o pagamento dos serviços prestados, nas condições e preços pactuados, em até 10 dias úteis após a entrega, no Protocolo do Tribunal, da Nota fiscal / Fatura, verificada a regularidade e a certificação da mesma.

**e)** Anotar em registro próprio e notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**f)** Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.

**g)** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, para a execução da contratação, caso seja necessário;

**h)** Aplicar as sanções previstas neste Contrato, assegurando a CONTRATADA direito ao contraditório e à ampla defesa.

## **8 – VIGÊNCIA:**

**8.1** - O prazo da prestação dos serviços será de 12 (doze) meses, a partir da data prevista na Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, por interesse da Administração.

## **9 - DA FISCALIZAÇÃO:**

**9.1.** A Gestão e a Fiscalização do Contrato (Res. TRE-PI nº 430, de 8 de novembro de 2021 e Resolução Res. TSE nº 23.702/2022) deverá ser exercida por servidor designado para tal fim através de portaria, conforme Minuta de Portaria Presidencial a ser elaborada pela Seção de Comunicações - SECOM.

## **10 – DO PAGAMENTO:**

**10.1** - O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente acompanhada dos documentos exigidos neste Termo, compreendendo: Certidões que comprovem a regularidade perante: a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND), débitos trabalhistas por meio da Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF) e a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União fornecida pela Receita Federal do Brasil), em até 10 dias úteis após a entrega, no Protocolo do Tribunal, da Nota fiscal / Fatura;

**10.2.** O CONTRATANTE se reserva o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do Fiscal do contrato, este verificar que os serviços foram executados em desacordo com as especificações apresentadas;

**10.3.** Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstâncias que impeçam liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á, após a regularização da situação e/ou a reapresentação da Nota Fiscal/Fatura, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;

**10.4.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação trabalhista, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, atualização monetária ou aplicação de penalidade ao Contratante;

**10.5.** Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada a sua situação perante o Fisco Federal.

## **11. GARANTIA DOS PRODUTOS**

**11.1.** A garantia do produto consiste na prestação, pela CONTRATADA, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/9/1990, e alterações – (Código de Defesa do Consumidor), bem como dos encargos previstos à CONTRATADA.

## **12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**12.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**12.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- 12.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 12.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.10.1.** considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 12.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- 12.1.12.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 12.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a.** Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Termo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b.** Multa de até 20% sobre o valor do contrato, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12;

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE	BASE INCIDÊNCIA Multa	DA DA
Atraso da execução dos serviços de até 4 dias corridos;	Multa de 2% ao dia	Valor total do Contrato	do
Atraso da execução dos serviços de 8 dias corridos;	Multa de 2% ao dia	Valor total do Contrato	do
Atraso na correção de falhas	Multa de 1% por ocorrência, cuja somatória mensal limitar-se-á 10% (dez por cento)	Valor total do Contrato	do

Inexecução parcial da obrigação	Multa de 15%	Valor total do Contrato
Inexecução total do objeto contratado	Multa de 20%	Valor total do Contrato

**c.** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Termo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**d.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

**12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**12.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**12.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**12.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**12.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente;

**12.5.** A aplicação das sanções previstas neste Termo, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**12.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

**12.7.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

**12.8.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**12.9.** O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

**12.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

### **13. VALORES ESTIMADOS**

**13.1.** Os valores apresentados abaixo foram obtidos através de orçamentos coletados diretamente com de empresas que prestam serviço de gravação de chapas:

- PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO**

<b>EMPRESA</b>	<b>GRÁFICA E EDITORA CIDADE VERDE</b>			
<b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	<b>FORMATO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO R\$</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR TOTAL R\$</b>
Serviços de gravação de chapas de alumínio em monocromia e policromia para impressão em máquina off-set.	F04	27,00	500	13.500,00
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$</b>				<b>13.500,00</b>

<b>EMPRESA</b>	<b>ECOGRÁFICA INDUSTRIA E COMÉRCIO ME</b>			
<b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	<b>FORMATO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO R\$</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR TOTAL R\$</b>
Serviços de gravação de chapas de alumínio em monocromia e policromia para impressão em máquina off-set.	F04	26,50	500	13.250,00
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$</b>				<b>13.250,00</b>

<b>EMPRESA</b>	<b>BRASIL GRÁFICA E EDITORIA LTDA</b>			
<b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	<b>FORMATO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO R\$</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR TOTAL R\$</b>
Serviços de gravação de chapas de alumínio em monocromia e policromia para impressão em máquina off-set.	F04	25,00	500	12.500,00
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$</b>				<b>12.500,00</b>

EMPRESA		INVISTA PUBLICIDADE LTDA			
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	FORMATO	VALOR UNITÁRIO R\$	QUANTIDADE	VALOR TOTAL R\$	
Serviços de gravação de chapas de alumínio em monocromia e policromia para impressão em máquina off-set.	F04	24,00	500	12.000,00	
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$</b>				12.000,00	

**13.2. Sugere-se a contratação direta com a Empresa INVISTA PUBLICIDADE LTDA, no montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), doc. SEI número N° 1648424, pág. 01, por ter apresentado o menor preço e por estar regular com o fisco, doc. SEI N° 1679226.**

#### **14. DA HABILITAÇÃO**

**14.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação da empresa que apresentar o menor preço serão:

- a)** Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
- b)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- c)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- d)** Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados do TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);
- e)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- f)** Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

**14.1.1.** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

**14.2.** Qualificação econômico –financeira: Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Para efeito de constatação da validade de tal certidão, será observada a seguinte ordem de preferência, a contar da expedição da certidão: o prazo de validade constante na própria certidão e o prazo de validade de 90 (noventa) dias, ou certidão positiva com plano de recuperação homologado judicialmente;

**14.3.** Qualificação técnico-operacional: Apresentar pelo menos 01 (uma) certidão ou atestado de capacidade técnica, com dados precisos, e fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou

privado, os quais comprovem o fornecimento de itens com características semelhantes ao do objeto da presente contratação.

## **15. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** A empresa contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**15.2.** A empresa contratada deverá reservar prioridade ao contratante para atendimento das suas solicitações, em qualquer dia e hora, evitando assim a descontinuidade de serviços contratados;

**15.3.** Na contraprestação dos serviços a empresa contratada deverá apresentar notas fiscais de serviços;

**15.4.** Quaisquer dúvidas acerca do pleito poderão ser esclarecidas pelo Serviço de Reprografia através do Telefone (86 - 2107-9803), em dias úteis, no horário de 07:00 horas às 14:00 horas.

Teresina (PI), 18 de outubro de 2022.

Carlos Alberto Barbosa de Almeida

Assistente da REPROGRAFIA